

**Cem Anos da Primeira Guerra Mundial:
imperialismo contemporâneo e socialdemocracia alemã em perspectiva histórica**

“A queda da Comuna de Paris tinha selado a primeira fase do movimento operário europeu e o fim da Primeira Internacional. A partir de então começou uma nova fase. As revoluções espontâneas(...) os combates nas barricadas, depois dos quais o proletariado recaía de cada vez no seu estado passivo, foram então substituídos pela luta cotidiana sistemática, pela utilização do parlamentarismo burguês, organização das massas, união entre a luta econômica e a luta política, união do ideal socialista à defesa persistente dos interesses quotidianos imediatos. (...)O partido social-democrata alemão tornou-se representante, o campeão e o guardião deste novo método.”

Rosa Luxemburgo, 1974. p.10/13.

O imperialismo contemporâneo foi intensamente estudado, em diferentes dimensões, pela economia, pela geografia, pela sociologia e não escapou ao interesse dos historiadores. O argumento deste ensaio é que a percepção do fenômeno que – associado às revoluções políticas e sociais - exerceu mais influência e atraiu, talvez, mais atenção para a compreensão do século XX, permaneceria insuficiente sem uma análise das relações dos Estados imperialistas com o movimento socialista.

As causas últimas dos imperialismos no Sistema Mundial de Estados, estabelecendo um domínio político dos Estados centrais sobre a periferia, podem ser encontradas na esfera econômica de um mercado mundial e de uma divisão internacional do trabalho onde alguns dirigem e, portanto, subordinam a maioria. A dominação imperialista do mundo foi, contudo, historicamente construída e variável. Já conheceu distintas etapas políticas ao longo de seus mais de cem anos: até 1914 se manteve a supremacia inglesa, entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial abriu-se uma crise de hegemonia e ocorreu um intervalo de disputa indefinida, e só depois de 1945, com a divisão de esferas de influência entre Washington e Moscou em Yalta e Potsdam, se afirmou a liderança dos EUA, com uma associação complementar do Japão e um papel secundarizado da Europa.

Uma ordem imperialista não deveria, todavia, ser simplificada analisada como um sistema sem mobilidade interna. Ocorreram inúmeras mudanças nas relações dos diferentes imperialismos entre si, assim como transformações no lugar relativo dos Estados da periferia. Ex-colônias conquistaram a independência – como a África do Sul e a China - outras foram reduzidas à condição de semi-colônias – Argentina, Egito ou Indonésia - ainda quando algumas – como o Brasil e a Turquia - conseguiram uma inserção como sub-metrópoles regionais, surgiram novos enclaves – Israel e, recentemente, Bósnia - e até

protetorados, como o Afeganistão e o Iraque. No entanto, as flutuações nas relações entre os Estados não poderiam ser satisfatoriamente explicadas senão no marco das oscilações das relações de forças entre a revolução social e a contra-revolução imperialista.

No final do século XIX, enquanto se lançavam a uma nova partilha do mundo, os Estados pioneiros do imperialismo, consolidavam internamente a forma de regimes democrático-liberais, buscando uma nova legitimidade das instituições parlamentares que repousava na extensão do direito de voto e na legalidade dos primeiros partidos operários de massas. Os dois processos não poderiam ser compreendidos tampouco de forma dissociada. A integração do maior movimento social do século nos países centrais, o dos trabalhadores assalariados – organizado na forma de sindicatos burocratizados e partidos eleitorais - parece ter sido um fator decisivo para que as sociedades dos Estados imperialistas preservassem um grau de coesão interna à altura do desafio de impor o seu domínio no sistema mundial. Esta integração foi consequência e uma das expressões da relação de forças desfavorável aos trabalhadores no velho continente, quando se iniciou o século XX. Um pouco deste processo no partido alemão – o primeiro partido marxista a conquistar a influência de massas, e o primeiro a se burocratizar - é o tema que apresentamos na sequência.

Há cem anos atrás a revolução russa de 1905, a primeira revolução europeia do século XX, repercutiu intensamente na Alemanha, onde a controvérsia Bernstein não tinha se encerrado. Embora derrotado nos congressos do SPD, Bernstein não poderia ser mais claro sobre o que considerava a duplicidade hipócrita da direção da Internacional e da sua seção alemã - quando reivindicava a prática política do partido de defesa do programa mínimo, em oposição aos postulados teóricos do programa máximo, reafirmados no congresso de Stuttgart de 1898. Quando o Estado alemão iniciou sua corrida imperialista, a maioria da socialdemocracia herdeira de Marx aderiu a uma interpretação evolucionista da história, uma estratégia gradualista de transformação da sociedade e um programa reformista do capitalismo. O resultado deste processo foi o apoio das seções da II Internacional a seus respectivos Estados no trágico agosto de 1914. Ao procurar uma explicação marxista – uma análise que considera inescapável as determinações sociais de classe - para compreender a derrocada da socialdemocracia alemã e francesa, ambas renunciando ao internacionalismo mais elementar, mesmo na sua forma pacifista, Lênin chegou á conclusão que o período de prosperidade da economia capitalista europeia tinha gerado uma crescente diferenciação social no próprio proletariado. Não parece ser secundário que Lênin tenha elaborado uma teoria do imperialismo ao mesmo tempo em que formulava o conceito de aristocracia

operária. Se o primeiro fenômeno é condicionador do segundo, em uma análise dialética, não se deveria subestimar o papel da integração das organizações da socialdemocracia. Assim como a partilha do mundo colonial e semi-colonial criou as condições para a distribuição de benefícios para segmentos das classes trabalhadoras e, sobretudo, para as burocracias de seu movimento, a existência da socialdemocracia foi vital para os Estados europeus conseguirem a coesão social interna indispensável á disputa sangrenta no Sistema internacional.

Na II Internacional, nenhum dos dirigentes ocupou um papel tão destacado na teorização do novo lugar histórico da socialdemocracia como Bernstein. Bernstein era muito consciente da duplicidade de atitudes do partido porque, se nos congressos do SPD suas teses teóricas eram condenadas, na vida prática de intervenção, em todas as esferas - fosse a sindical, eleitoral ou parlamentar - eram cada vez mais hegemônicas as conclusões políticas que resultavam como conseqüência do debate doutrinário que ele tinha provocado.

Era também consciente das forças nas quais se apoiava e da verdadeira dimensão de sua influência. A assim chamada ala revisionista do SPD tinha quatro grandes componentes:

(a) a tendência politicista de Vollmar, influente dirigente na Baviera, precursor da votação dos orçamentos provinciais, e das coligações eleitorais com os partidos burgueses, defensor dos governos de coalizão à la Millerand e Jaurés;

(b) a tendência aparelhista de Auer, o secretário de organização do partido, na sua maioria quadros profissionalizados, ex-operários, preocupados com a política prática - atraída pelo empirismo - e defensora acima de tudo da unidade do aparelho, conservadora do “método” alemão, ou seja, da utilização da legalidade a qualquer preço;

(c) a tendência sindical, os dirigentes profissionais do aparelho sindical, que contribui com sua influência para engrossar com os grandes batalhões da vanguarda organizada, as forças do reformismo, é movida por uma oposição aos princípios marxistas e pelo cepticismo, senão desconfiança à revolução;

(d) a última componente era a tendência nacionalista, abertamente pró-imperialista, dirigida por Heine, defensora da militarização e das aventuras coloniais, entusiasmada com a potência exterior do Reich, e da conquista de um novo lugar para a “civilização alemã” no disputado mercado mundial. Este bloco político exercerá uma pressão crescente a partir de meados dos anos noventa do XIX sobre a velha direção de Bebel e Kautsky e, finalmente, levará o partido à capitulação diante do Estado do Kaiser.

Nas palavras de Bernstein, que não se impressionava com as suas derrotas em votações formais nos congressos do SPD:

*“En la misma Stuttgart, en que según Klara Zetkin se había dado el golpe de gracia a la "bernsteiniana", inmediatamente después del congreso los socialdemócratas establecieron un acuerdo electoral con la democracia burguesa para las elecciones del Consejo comunal, y el ejemplo fue seguido en otras ciudades de Wurttemberg. En el movimiento sindical, un sindicato tras otro van introduciendo la asistencia a los desocupados(...)y se declaran a favor de la institución de oficinas de colocación paritarias, compuestas por empresarios y trabajadores, al mismo tiempo que en algunos grandes centros del partido, como Hamburgo y Elberfeld, socialistas y sindicalistas se disponen a fundar cooperativas de consumo. **Por doquier se lucha por las reformas, por el progreso social, por la conquista de la democracia.**”* (grifo nosso) Bernstein, 1982. p.255.

Entre as idéias teóricas predominantes durante a polémica do final do XIX e início do século XX destacava-se, na Internacional, a fórmula da dialética de derrotas e vitórias defendida por Kautsky. A fórmula clássica era aquela cunhada pelo “robusto otimismo” que assegurava que a luta internacional pelo socialismo era uma via cortada por derrotas parciais que preparavam a vitória final. Um breve balanço do século XX sugere uma fórmula inversa: a revolução mundial conheceu vitórias parciais extraordinárias – URSS, China, Coreia, Cuba, Vietnam, entre outras - que, ao permanecerem em isolamento, resultaram em uma derrota histórica, a restauração capitalista. O tema condensa uma questão vital da discussão marxista sobre a transição ao socialismo, porque nela se manifestam as apreciações diferentes sobre época histórica e situação política concreta, ou seja, avaliações tanto sobre as perspectivas de crise do sistema, como sobre a correlação de forças. A seguir um extrato de Kautsky sobre o tema:

*“Ciertamente nuestro partido no registra únicamente victorias sino también derrotas. Esas serán tanto menos desanimadoras cuando más habituados estemos a elevar nuestra mirada por encima de los límites locales y temporales, para considerar nuestro movimiento en su conjunto tal y como es desde hace dos generaciones y en todas las naciones. **El irresistible y rápido progreso del proletariado en su conjunto, pese a algunas derrotas muy duras, se hace tan evidente que nada puede poner en duda la seguridad de su victoria.**”* (grifo nosso) Kautsky, 1980. p. 225.

No SPD era influente a concepção de que o capitalismo, inexoravelmente, caminharia de crise em crise, para uma catástrofe final. As crises do capital e o fortalecimento do proletariado fundamentavam as certezas sobre a inevitabilidade do socialismo. Este fatalismo objetivista, supostamente inspirado em Marx, ficou conhecido como a teoria do colapso. Nesses termos, se referia Bernstein ao prognóstico de que uma crise estava por vir:

*“De acuerdo con esta concepción, tarde o temprano una crisis comercial de enorme fuerza y extensión, por la miseria que genera, encenderá tan apasionadamente los ánimos contra el sistema económico capitalista (...) que el movimiento orientado contra él tomará una fuerza irresistible y ante sus embates éste se derrumbará irremediavelmente (...) **De este modo se propagó entonces en la socialdemocracia la convicción de que esta vía de desarrollo era una ley natural inevitable: la gran crisis económica universal como vía ineludible hacia la sociedad socialista.**”* (grifo nosso) Bernstein, 1982. p.256

Ao mesmo tempo em que desenvolvia a sua cruzada contra o prognóstico de uma crise final, defendendo que se trataria de uma hipótese marxista superada pela história, Bernstein dialogava com o SPD argumentando que a revolução só seria necessária como um ato em legítima defesa da ... democracia. Não se pode negar que o fazia com uma coerência notável:

*“No se trata de renegar del llamado **derecho a la revolución**, derecho meramente especulativo que **ninguna constitución puede tomar en cuenta y que ningún código del mundo puede prohibir**, y que seguirá existiendo hasta que la ley natural, obligándonos a renunciar al derecho de respirar, nos obligue a morir. **Pero ¿es actualmente la socialdemocracia algo distinto de un partido que tiende a la transformación socialista de la sociedad a través de las reformas democráticas y económicas?**”* (grifo nosso) Bernstein, 1982. p.257

Bernstein foi o primeiro a se levantar contra uma avaliação que se reproduzia Congresso após Congresso, em uma referência ritual, mais como doutrina do que como análise que orientava a ação. O pioneirismo de Bernstein se manifestou tanto nas conclusões políticas quanto nas premissas teóricas. Era consciente de suas responsabilidades como apóstata: estava decidido a estabelecer as premissas de uma nova teoria para o socialismo contemporâneo.

A ruptura com a estratégia da revolução social levou-o, a partir da convicção de que o capital tinha encontrado soluções para os efeitos mais destrutivos das crises, a buscar um fundamento alternativo para a luta por liberdade e igualdade. Irá encontrá-lo em uma fusão eclética entre marxismo e a ética de Kant. Este caminho foi percorrido uma e outra vez pelas diversas escolas do reformismo do século XX, sempre que a situação adversa na luta de classes - ou a pressão ideológica do liberalismo - alimentou o cepticismo em relação à crise do sistema. Na perspectiva da história entretanto ele se agiganta em relação aos seus herdeiros. Não só pela sua legendária probidade pessoal, mas, também, porque não hesitou em romper com o SPD durante a guerra e, junto a Kautsky e outros, fundou o USPD cuja maioria, posteriormente, viria a aderir à Terceira Internacional, enquanto ele voltava ao SPD. Eis como Angel, um dos seus biógrafos, o apresenta:

*“Para o rebelde, o socialismo não resultava mais da análise do capitalismo e de suas contradições, da descoberta no seu seio de forças que permitiriam a sua derrubada e substituição. Seria necessário dar-lhe uma base ética, retornar aos princípios eternos que Marx havia dessacralizado, reconduzindo-os ao lugar de categorias históricas. Kant afirma a existência do direito absoluto como critério das ações humana, enquanto Marx o recusa, fazendo das ‘relações sociais o fundamento da moral dominante’. O socialismo, segundo ele (Bernstein), ganha apoio sobre um julgamento de ordem moral. Assim, devemos e podemos acordar em cada indivíduo, qualquer que seja a sua origem social, o sentimento ético.(...)Que o indivíduo se corrija e a sociedade melhorará. Esta idéia, tão corrente entre os contemporâneos alemães da revolução francesa, será considerada pelos revisionistas como a condição anterior a toda transformação social. Se, para Marx, a filosofia kantiana é a ‘teoria alemã da revolução francesa nas condições atarsadas da Alemanha’(...) para Bernstein, a **inclinação na direção do sábio de Königsberg se***

explica pelo profundo liberalismo que o inspira” (tradução e grifo nosso) Angel, 1961, p.195/6/7.

Bernstein partia da idéia de acumulação de forças gradual e ininterrupta do movimento operário, acumulação de organização, sindical e política, e também eleitoral, para fundamentar uma estratégia gradualista de passagem ao socialismo, respeitando os limites dos regimes democrático-eleitorais:

“Es altamente probable que a partir del progreso del desarrollo económico no debemos asistir ya, en general, al surgimiento de crisis comerciales de naturaleza semejante a las anteriores, y que debemos arrojar por la borda todas las especulaciones según las cuales ellas serían el detonante de la gran revolución social(...) Por lo tanto, la socialdemocracia no puede ansiar ni confiar en el cercano derrumbe del sistema económico existente si lo piensa como el producto de una espantosa gran crisis comercial. Lo que ella debe hacer, y ésta es una tarea a largo plazo, es organizar políticamente a la clase obrera y formarla para la democracia y la lucha en el estado por todas las reformas conducentes a elevar a la clase obrera y a transformar al estado en el sentido de la democracia”. (grifo nosso) Bernstein, 1982. p.72.

Ou ainda mais claro, ressaltando que a deflação dos meios de subsistência era, possivelmente, o mais importante fator na neutralização do impacto político das crises econômicas ao permitir a manutenção do padrão de vida dos trabalhadores, mesmo quando as crises produziam a queda do salário médio, tornando improvável uma grande hecatombe que ameaçasse os alicerces políticos da dominação burguesa:

“Excepto que se produzcan sucesos externos e imprevistos que provoquen una crisis general -y, como ya vimos, esto es siempre posible-, no hay razón suficiente para deducir, en base a motivos puramente económicos, que tal crisis sea inminente. Los fenómenos de depresión de carácter local y parcial, son inevitables; en cambio, no lo es una paralización general, dada la organización y extensión actual del mercado internacional y dada especialmente la expansión de la producción de medios de subsistencia. Este último fenómeno tiene importancia particular para nuestro problema. Quizás nada haya contribuido tanto a atenuar las crisis económicas o a impedir su agravamiento como el derrumbe(...) de los precios de los medios de subsistencia”. (grifo nosso) BERNSTEIN, 1982. p.73/5.

Época progressiva do capital, ausência de crises sérias, nova estratégia evolucionista do longo prazo, prioridade da tática por reformas. O tempo como medida da estratégia, o tempo longo e uniforme das reformas, mas sempre uma percepção do tempo, que definia a possibilidade de mudanças quantitativas ou qualitativas, e assim determinava os ritmos da política. Mas a discussão estava ainda longe de se esgotar. Bernstein irá se deter, portanto, na verificação histórica de algumas conclusões centrais do legado de Marx e questioná-las para assim *derrubar a hipótese estratégica da necessidade de uma revolução política que abra o caminho para uma revolução social*. Um por um, os alicerces da teoria serão desafiados:

- (a) primeiro, o sujeito social: se para Marx existiria uma tendência à homogeneização e a um crescente fortalecimento do peso social do proletariado, que sob o impulso dos avanços da industrialização, teria elevado

a importância do seu lugar estratégico no interior da sociedade e concentraria nas suas mãos uma capacidade crescente de paralisação dos setores vitais da vida econômico-social, para Bernstein o proletariado (entendido como todos aqueles que vivem do seu trabalho por oposição aos que vivem de renda do capital) seria *uma massa mais heterogênea que o peuple de 1789*. Em suas palavras:

“También el marxismo reconoció, distinguiéndose en esto de los partidos demagógicos, que la clase trabajadora no había alcanzado la madurez indispensable para su emancipación, y que para tal fin no existían ni siquiera las premisas económicas adecuadas. (...)pero encontramos algunos según los cuales parecería que toda la civilización, la inteligencia y la virtud se encuentran sólo en la clase obrera, hasta el punto que no se logra comprender por qué no deben tener razón los socialrevolucionarios y los anarquistas más radicales. Es natural que a este planteamiento le corresponda la orientación constante de toda la actividad política hacia la espera de la inminente catástrofe revolucionaria, ante la cual la actividad legal parece como(...) un expediente meramente momentáneo” (grifo nosso) BERNSTEIN,1982. p.73/5.

Insistiu que o nível de vida exerceria uma influência maior do que a origem de classe na definição das inclinações políticas e na formação da consciência de classe; finalmente, negou ao proletariado um protagonismo revolucionário, porque ainda não estaria maduro, nem social, nem política, nem moralmente para a conquista do poder. Angel se refere assim ao tema do sujeito social:

“Seria errôneo acreditar no élan revolucionário das classes trabalhadoras. Marx, ele próprio lembra n’O 18 de Brumário’ que o proletariado gosta das experiências que o dispensam de proceder à recusa total do velho mundo. Por quê Bernstein não seria cético sobre a missão histórica desta classe, se ela mesmo duvida de suas forças e de sua competência? Ele se recusa a reivindicar para ela a exclusividade do poder. ‘Pretender que a transformação socialista da sociedade só possa ser a obra da classe operária, seria desconhecer gravemente os fatos’. Ela ‘não está ainda suficientemente desenvolvida para assumir a dominação política’. É preciso notar aqui a franqueza do autor que, dirigindo-se a público proletário, recusa-se a ceder à demagogia. De resto, ele calcula que poderá contar com o apoio dos trabalhadores de elite, dos quais presume conhecer bem a mentalidade. ‘Somente intelectuais que nunca tiveram laços íntimos com o verdadeiro movimento operário, podem carregar sobre esta questão julgamentos diferentes’. É necessário ser realista e considerar os operários tais como eles são. ‘Menos ignorantes e miseráveis que no passado, mas não desprovidos de preconceitos e fraquezas, eles possuem as virtudes e os vícios condicionados pelas condições econômicas e sociais que são as suas’. Eles ainda não atingiram, portanto, o nível intelectual e moral necessário à instauração do socialismo”.

(tradução e grifo nosso) ANGEL, 1961, p.234.

(b) segundo, a concepção de história.. Aonde Marx tinha afirmado a dialética entre as tarefas colocadas pela crise do capitalismo e os sujeitos sociais, e destacado a primazia dos segundos sobre as primeiras pela dinâmica da luta de classes, Bernstein defendeu a centralidade dos meios sobre os fins, e da moral sobre a política. Disto resultou um curioso paradoxo: o apóstata que acusa Marx de resíduos de utopismo revolucionarista, e que atribui à herança de hegelianismo (uma de suas cruzadas era contra a dialética) confessou, sem pudores, que os novos fundamentos do socialismo deveriam ser éticos e desvinculados da pressão da

necessidade histórica. Bernstein é consciente de que a sua ruptura tem fundamentos metodológicos irreconciliáveis com o marxismo:

“Un sentido parecido tenían también los artículos de Rosa Luxemburg que a pesar de todo, son lo mejor que se ha escrito en mi contra, desde el punto de vista metodológico, cuando me objetaba que, de acuerdo con mi modo de pensar, el socialismo dejaría de ser una necesidad histórica objetiva y adquirirla un fundamento idealista. Aunque la argumentación presenta algunos bandazos lógicos,(...) capta sin embargo el meollo de la cuestión en la medida en que yo no sólo no hago depender, en realidad, la victoria del socialismo de su "necesidad económica inmanente", sino más bien no considero ni posible ni necesario darle un fundamento meramente materialista.” (grifo nosso) BERNSTEIN, 1982. p.266.

Daí que a antinomia reforma e revolução surgisse quase nos termos de uma escolha voluntária, um dilema moral, em que os dois caminhos teriam vantagens e senões, sendo o primeiro o mais conveniente, não só porque menos custoso socialmente, como mais apropriado diante do progresso da civilização:

“La consecuencia de todo esto es que se ha renunciado en principio a afrontar un problema de fondo: ¿qué podemos esperar de la acción legal, y qué de la revolucionaria? Es evidente que sobre este problema existen serias divergencias. Pero se acostumbra indicar dichas divergencias con el hecho de que la ley o el camino de las reformas legales es más larga, mientras que la de la violencia revolucionaria es más rápida y radical. (...)En general, puede decirse que la vía revolucionaria (siempre en el sentido de violencia revolucionaria) actúa más rápidamente cuando se trata de eliminar una serie de obstáculos que presenta una minoría privilegiada al progreso social. (...)Pero es más fuerte que la revolución cuando el prejuicio, el horizonte limitado de las masas obstaculiza el progreso social, y ofrece mayores ventajas cuando se trata de crear una serie de estructuras económicas durables, en otros términos, para los fines de la acción político-social positiva.(...) Si la revolución peca por su precipitación, la actividad legislativa cotidiana peca por su lentitud. La actividad legislativa actúa como fuerza metódica, la revolución como fuerza elemental. Cuando una nación ha alcanzado un ordenamiento político en que el derecho de la minoría poseedora no constituye ya un serio obstáculo para el progreso social, en que las tareas negativas de la acción política ceden su lugar a las positivas, la apelación a la revolución violenta se convierte en hueca palabrería.” BERNSTEIN, Eduard,1982. p.269-270.

As formas políticas democráticas do Estado Moderno surgem assim como uma conquista da civilização e do peso social do proletariado, de sua luta sindical (EUA e Inglaterra) e políticas (Alemanha, França), flexíveis e elásticas a ponto de permitir um avanço acumulativo de forças e conquistas crescentes. O Estado interpretado como instrumento de progresso, expressão de uma consciência, de uma identidade e de uma cultura nacional – critério compartilhado com a propaganda do imperialismo alemão - aparelho que não deve ser deslocado, mas conquistado para ser utilizado pela razão a serviço dos interesses públicos. Mas, atenção, Bernstein não ignorava a luta de classes. Reconhece não somente a sua existência como força motriz histórica, como defende a sua legitimidade política: o que questionava era se a dinâmica do desenvolvimento capitalista exacerbava os conflitos de

classe empurrando os trabalhadores para ações revolucionárias, ou se a sua integração social, resultado da sua luta e expressão de suas vitórias na luta por reformas, não teria tornado *politicamente desnecessária e historicamente superada* a perspectiva da revolução política. Em coerência, assumia a necessidade de um novo programa histórico, e defendia *a centralidade da democracia*, como *novo paradigma civilizatório* dos socialistas. Sua originalidade histórica consistiu justamente na elaboração de uma *nova teoria política*, da qual decorre uma nova estratégia de poder que será um ponto de referência obrigatório em quase todas as controvérsias marxistas fundamentais do século XX: *a teoria dos campos progressivos*. Essa será a sua herança ideológica mais duradoura.

Em que consiste? Em uma formulação que nos é hoje muito familiar, mas cuja elaboração original é de Bernstein. Assim como julgava com extrema severidade a imaturidade do proletariado e alimentava incontida esperança nas possibilidades de acordos com a burguesia liberal, com a qual propunha que os trabalhadores constituíssem uma frente, Bernstein considerava a aristocracia (os junkers) uma classe parasitária do Estado que, à frente da administração, do exército e da diplomacia, era uma ameaça permanente às liberdades cívicas e à paz. Os campos de classe como divisor de águas do conflito político na sociedade eram deslocados pela principalidade da defesa da forma de um regime político que corresponderia aos interesses do progresso da civilização. À renúncia de uma estratégia socialista correspondia outra: a defesa do campo progressivo da democracia com a burguesia liberal contra o campo reacionário dos junkers. A democracia como meio de luta pelo socialismo e como o regime que antecipa a realização do socialismo:

“La socialdemocracia no tiene un instrumento mejor para apoyar este proceso que situarse sin reticencias, aun a nivel doctrinal, en el terreno del sufragio universal y de la democracia, con todas las consecuencias que esto implica para su táctica. Prácticamente, es decir en sus actuaciones, la socialdemocracia en el fondo siempre lo ha hecho. Muchas veces no lo han hecho y aún hoy día no lo hacen sus representantes literarios en sus declaraciones (...) La dictadura de clase, por el contrario, pertenece a un nivel de civilización más atrasado, y aun prescindiendo de la racionalidad y la factibilidad de la misma, sólo una recaída en el atavismo político puede evocar la idea de que el paso de la sociedad capitalista a la sociedad socialista debe realizarse forzosamente de acuerdo con las formas evolutivas de una época que no conocía o que conocía sólo de manera imperfecta los actuales métodos de propagación y de conquista de las leyes y que carecía de los órganos adecuados para tal fin.” BERNSTEIN, Eduard. 1982. p.221.

O campo dos trabalhadores passava a ser pensado como sendo estrategicamente o campo democracia: estava excluída a possibilidade de *incompatibilidades* entre os interesses de classe e os limites da democracia para a conquista do poder político. Tudo era uma questão de tempo, e poderia ser superado através de uma política de alianças. Nem os interesses

nacionais alemães (os interesses do império germânico) eram incompatíveis com os interesses do internacionalismo socialista. Tampouco o mercado era visto como um obstáculo para a transição ao socialismo. Enfim, todos os limites e dificuldades à construção de uma frente permanente e orgânica com a burguesia liberal eram relativizados. O campo da democracia se impunha assim sobre os interesses de classe. O endereço último da teoria dos campos progressivos, como se sabe, foi a trágica votação dos créditos de guerra em 1914. Menos de dois anos depois do Congresso da Segunda Internacional em Basileia, quando de forma unificada os socialistas tinham votado uma resolução comum condenando a ameaça de guerra, e tinham conclamado a uma campanha de mobilização do movimento operário contra as posições beligerantes de cada um de seus respectivos governos, a esmagadora maioria do SPD, apoiou os esforços militaristas do imperialismo alemão. Fizeram-no, é certo, com o apoio da maioria da classe trabalhadora. O que não absolve em nada a responsabilidade moral, mas explica a decisão política.

No lugar da centralidade do conflito capital contra o trabalho, se valorizariam as outras contradições. Esta teoria política dos campos progressivos tem como fundamento uma análise de época, da qual resulta um pensamento historicamente etapista que será reivindicado pelos bernsteinianos na França: tanto Millerand quanto Jaurés o invocarão para justificar a presença do partido operário, pela primeira vez, em um Governo de coalizão quando do affaire Dreyfus, argumentando a necessidade da frente em defesa da república contra o perigo de golpe militar; na Rússia, os mencheviques defenderão a colaboração da social democracia com a burguesia em uma frente contra a autocracia czarista; e desde então estará presente no centro da polêmica de estratégia sempre que, pela evolução das circunstâncias políticas, os conflitos vieram a assumir uma forma policlassista: o campo de Chiang Kai-shek contra a invasão japonesa, o campo da República na Espanha contra Franco, o campo dos aliados contra o nazi-fascismo, o campo da oposição burguesa contra a ditadura no Brasil, os exemplos seriam inesgotáveis.

Bernstein não se preocupava com a política de intervenção do SPD, em geral, que considerava adequada às circunstâncias históricas, à exceção da recusa da maioria dirigente em perseguir como uma estratégia permanente a constituição de um bloco político-eleitoral com a burguesia liberal, a exemplo do que fazia o partido na Baviera. A tradição política marxista anterior não desconhecia, nem desprezava a existência de diferenças no interior das classes dominantes. É bem conhecida, por exemplo, a posição da social

democracia alemã, e de Marx durante a guerra franco-prussiana de 1870, quando depositou *apoio militar* à resistência contra a invasão bonapartista de Napoleão III. Mas, Marx nunca se considerou em um campo político com o Reich contra a França. Ao contrário, o conselho geral da Internacional o encarregou de redigir os seus manifestos, e Marx sublinhou as suas diferenças irreconciliáveis contra as ambições anexionistas na Alsácia e Lorena, além de alertar incansavelmente para o perigo de uma aliança com Czar, e para o perigo de uma nova guerra alimentada pelo revanchismo de uma França humilhada. Esta posição de Marx foi recordada pela maioria da bancada parlamentar do SPD para votar os créditos de guerra em 1914, como se Marx tivesse alguma vez aceito que os interesses da Alemanha, portanto, do Império, se confundiam com os interesses da classe trabalhadora alemã de forma indissolúvel. Como se poderá confirmar no fragmento, os considerandos de Marx são muito mais complexos:

“Se a classe operária alemã permite que a guerra atual perca o seu carácter estritamente defensivo e degenera em uma guerra contra o povo francês, o triunfo ou a derrota será sempre um desastre”. MARX, 1980, volume 2, p.54.

Mais claro ainda nesta outra passagem, o critério de estrita unidade no campo militar preservando a independência política, ou seja, delimitando-se do campo de Bismarck, e uma análise simplesmente visionária do perigo das anexações que seria a semente de uma nova guerra, certamente, com um custo histórico muito superior. Infelizmente Marx estava certo. O cemitério de Verdun e seu meio milhão de sepulturas, recordemos, ficam na Alsácia:

“Qualquer que seja o desenvolvimento da guerra de Luis Bonaparte com a Prússia, dobraram já em Paris os sinos pelo Segundo Império. Acabará como começou: como uma paródia. Mas não esqueçamos que foram as classes dominantes da Europa que permitiram a Luis Bonaparte representar durante dezoito anos a farsa cruel do Império restaurado. Por parte da Alemanha, a guerra é uma guerra defensiva, porém quem colocou a Alemanha no transe de ter que defender-se? Quem permitiu a Luis Bonaparte desencadear a guerra contra ela? A Prússia! Foi Bismarck quem conspirou com o mesmíssimo Luis Bonaparte, com o fim de esmagar a oposição popular dentro de seu país e anexar a Alemanha à dinastia dos Hohenzollern (...) A influência preponderante do czar na Europa tem raízes em sua tradicional influência sobre a Alemanha (...) Por acaso os patriotas teutões crêem realmente que o melhor modo de garantir a liberdade e a paz na Alemanha é obrigar a França a lançar-se nos braços da Rússia? Se a sorte das armas, a arrogância da vitória e as intrigas dinásticas levam a Alemanha a uma espoliação do território francês, diante dela só se abrirem dois caminhos: ou converter-se a todo custo em um instrumento aberto da expansão russa, ou, após breve trégua, preparar-se para outra guerra "defensiva", não uma dessas guerras "localizadas" de novo estilo, mas uma guerra de raças, uma guerra contra as raças latinas e eslavas coligadas.”(grifo nosso) MARX, Karl, 1980, volume 2, p.60/1.

O mesmo critério de Marx foi o de Lenin em uma frente militar com Kerensky contra Kornilov em agosto de 17: uma estrita unidade militar com o chefe do governo provisório contra a ameaça bonapartista, sem sacrificar a independência política dos trabalhadores. Em

ambas as circunstâncias, nem Marx, nem Lenin buscaram uma frente com um campo progressivo, mas foram obrigados diante da pressão dos acontecimentos, a um alinhamento transitório e instável imposto pelo confronto militar.

Não defendiam, contudo, uma frente programática de colaboração de classes. O mais importante a destacar é que a teoria dos campos progressivos passou a ser a bíblia teórica da defesa da política de colaboração de classes no séculoXX ainda que, por variadas razões, Bernstein quase não seja mais reivindicado:

“La esencia de la política menchevique fue sintetizada años después por Trotsky al afirmar que la “línea de demarcación entre el bolchevismo y el menchevismo” consistía en que éste buscaba conformar “un frente común de colaboración política con el enemigo de clase”. Frente a la teoría de los campos del menchevismo, Lenin y Trotsky plantearon una teoría opuesta. El haber adoptado, cada uno por su lado esta segunda teoría, es lo que explica su profunda unidad en 1917 y el hecho de dirigir conjuntamente la Revolución de Octubre, superando sus divergencias anteriores. Para ellos, la división fundamental de la sociedad rusa es, como sostiene el marxismo ortodoxo en clases(...)El eje de su política es el desarrollo de la lucha de clases hasta la conquista del poder.” MORENO,1982. p.7.

No entanto, admitamos, o tema teórico dos critérios marxistas para uma teoria política é complexo. Quando e em função de quais fatores em um confronto político ou militar entre facções burguesas, ou entre bandos de classes proprietárias enfrentados, segundo o marxismo, os trabalhadores e suas organizações devem eleger um campo progressivo, mesmo nos limites de uma limitada unidade na ação, ou uma conjuntural resistência militar? Por exemplo, estiveram certos os internacionalistas reunidos em Zimmerwald quando denunciaram o apoio do partido francês e do alemão aos créditos de guerra, e recusaram-se ao alinhamento com qualquer do dois campos, porque ambos seriam regressivos? E simetricamente, na Segunda guerra mundial, não estiveram errados os marxistas que se recusaram, antes da invasão da URSS por Hitler, a uma frente militar contra o nazi-fascismo, o campo do regime democrático contra o campo do regime totalitário? Consultemos o que nos diz Draper, um dos mais interessantes marxólogos norte-americanos sobre os critérios de Marx sobre progressividade:

*“In a book published in 1860, Herr Vogt, Marx had to rediscuss his views on “the relationships among the aristocracy, bourgeoisie and proletariat,” for an ignorant critic had written as if Marx merely wanted to “drive the aristocracy from power.” No, was the reply, that would be “the most ordinary bourgeois liberalism” and nothing more.(...) Let us tie this up with a question we have only touched on up to now: **the force of the label progressive**. For Marx this label never achieved the all-sanctifying power it later had in some parts of the socialist movement; above all **he did not assume that progressive meant to be supported politically**. He could write, “Rent of land is conservative, profit is progressive,” without suspecting that this might be thought to imply support of the profit system.(...) It was quite possible for Marx to recognize that A is “progressive as against” B in some specific context, within the terms of a given analysis, **without equating such a judgment with the programmatic determination that A is historically progressive in the basic relations of an era(...)** The criterion is: **does the ground still have to be leveled “on which alone a***

proletarian revolution is possible"?(...) Have the socioeconomic conditions already been attained that make proletarian socialism historically possible for the first time?" (grifo nosso) DRAPER, 1978. p. 284/5.

A citação é longa, mas ajuda a esclarecer que para Marx, segundo Draper, o critério do que seria progressivo foi sempre entendido como um critério comparativo, portanto, relativo à dinâmica da época histórica. Em outras palavras, progressivo ou regressivo (no sentido de arcaico, superado, ou degenerativo) seriam conceitos relativos e dependentes de uma apreciação da atualidade ou não da revolução proletária. Seriam necessariamente categorias instrumentais de avaliação política que se apoiariam e deveriam estar subordinadas a um julgamento das temporalidades históricas. Reconhecia estas ponderações indispensáveis porque não ignorava que os conflitos na sociedade não se resumiam aos conflitos de classe.

Como este tema parece incontornável vale a pena conferir uma apreciação de Perry Anderson sobre a questão dos critérios de progressividade, tomando como exemplo histórico a comparação da política de Trotsky contra o nazismo na Alemanha antes de 33 e a Segunda Guerra Mundial, quando um acerto ou erro foi dramaticamente importante:

“Os escritos de Trotsky sobre o fascismo representam a única análise direta e desenvolvida do Estado Capitalista moderno, em toda a obra do marxismo clássico. Qualitativamente superiores a tudo o que Lenine produziu, tratam contudo de um regime que veio a verificar-se ser uma forma atípica do Estado burguês do século vinte, apesar da importância histórica que foi o seu surgimento nessa altura. Para teorizar a especificidade do Estado fascista como o mais mortal inimigo de qualquer classe operária, teve Trotsky, obviamente, de fornecer elementos de uma contra-teoria do Estado democrático-burguês, para estabelecer o contraste entre os dois. Assim, existe um maior volume de análise nos seus escritos sobre a democracia burguesa do que nos dos seus predecessores(...)Em particular, atendendo a que os seus ensaios sobre a Alemanha sublinharam a imperativa necessidade de conquistar a pequena-burguesia para uma aliança com a classe operária (citando o exemplo do bloco contra Kornilov, na Rússia), os seus ensaios sobre a Frente Popular em França deixam de parte as organizações tradicionais da pequena-burguesia local, o Partido Radical(...)A mesma transformação é evidente nos seus artigos sobre a Guerra Civil de Espanha embora acompanhada de outras características e algumas correções. Depois, no começo da Segunda Guerra Mundial, Trotsky condenou o conflito internacional como sendo uma mera repetição inter-imperialista da Primeira Guerra Mundial, na qual a classe operária não deveria optar por qualquer dos lados – apesar do caráter fascista de um e do caráter democrático-burguês do outro. (...)Os erros desta evolução teórica parecem evidentes”. (grifo nosso) ANDERSON, 1976, p.153/4”.

Estabelecido o contexto do debate sobre os critérios de progressividade podemos compreender sob uma nova luz quase tudo que Marx e Engels escreveram sobre Ásia e América Latina. Nosso continente era talvez uma terra quase incógnita na cultura dos círculos de esquerda do século XIX e só ocasionalmente a atenção de Marx se voltou para ele. Em geral a maioria dos seus textos sobre a colonização analisam o processo do ponto de vista das repercussões da conquista colonial sobre a sociedade europeia, e não o inverso, ou seja, do ângulo do impacto da cobiça e voracidade do incipiente capitalismo comercial sobre as

culturas e civilizações pré-colombianas. Essa poderia ser uma das razões de alguns mal entendidos, que atribuem a Marx preconceitos eurocentristas. O mesmo poderia ser dito, para o essencial, sobre os seus escritos sobre a Ásia, em especial o sempre citado trabalho sobre a Índia, e o papel do imperialismo inglês. Que considerassem o desenvolvimento do capitalismo progressivo não significou, contudo, que anistiassem o processo de colonização e seus agentes dos crimes e genocídios cometidos contra as populações nativas ou contra os africanos escravizados. A seguir alguns trechos em que a denúncia do saque e da rapina se unem a uma sincera admiração histórica pelas façanhas das culturas azteca-andinas:

“En México encontramos dinero, pero ningún peso; en Peru pesos, pero ningún dinero. El oro, en el lenguaje figurado de los peruanos, era las lágrimas lloradas por el Sol (...). Sin el uso de las herramientas o la maquinaria, familiar a los europeos., cada individuo (en el Peru) habría podido hacer bien poco pero, actuando en grandes masas y bajo una dirección común, se les puso en condiciones de obtener resultados, gracias a una perseverancia infatigable, etc...El dinero que aparece entre los mexicanos (aunque predomina el trueque y la propiedad oriental de la tierra), es un medio circulante regulado, de diferentes valores. Consistía en cañones de plumas, transparentes, que contenían polvo de oro; en pedazos de estaño, cortados, en forma de T, y en saquitos de cacao en los que había un número especificado de granos. « ¡Oh, dichosa moneda», dice Pedro Mártir (De Orbe Novo), «que ofrece al género humano un brebaje gustoso y nutritivo y hace a sus poseedores inmunes al flagelo infernal de la avaricia, ya que no se le puede enterrar ni conservar largo tiempo!» MARX, 1974, p.24/43.

Em conclusão, segundo Draper, enquanto o proletariado ainda não tivesse se constituído como a classe produtiva mais dinâmica, e a época ainda permitisse ao capitalismo cumprir um papel dinâmico do desenvolvimento das forças produtivas - e fossem plausíveis concessões reformistas - a democracia permaneceria o horizonte histórico de luta dos trabalhadores. Não estando colocada a atualidade da revolução proletária, em consequência, a radicalização das liberdades de classe no interior da democracia seria o centro do programa mínimo e corresponderia, apropriadamente, um lugar de propaganda ao programa máximo. Já segundo Anderson, não haveria como hesitar em construir um campo militar comum com as democracias ocidentais na disputa inter-imperialista contra o nazi-fascismo alemão, porque era progressivo impedir a escravização – uma regressão histórica – inerente à expansão do III Reich. Nesse sentido, a identificação de um sistema econômico-social como caduco ou progressivo seria sempre uma caracterização relativa e não implicaria um bloco político permanente de colaboração de classes, ou seja um campo político comum. A não ser, de novo, quando se precipita uma guerra como no caso da luta contra o escravismo nos EUA, em que se impunha um campo militar com Lincoln contra os secessionistas do sul.

Um fenômeno social, uma posição política, uma lei do parlamento, ou um bloco militar em uma guerra e, portanto, também a necessidade ou não de uma frente política, etc.

seriam assim *progressivos contra seus inimigos* de acordo com a natureza do maior ou menor *amadurecimento objetivo* dos sujeitos sociais. *Os tempos históricos governavam as apreciações marxistas dos processos políticos.* A posição de Bernstein inverteu metodologicamente os termos da questão para chegar à teoria dos campos progressivos: *os tempos da política passaram a governar por cima da apreciação dos processos históricos.* O império do presente, o pior dos impressionismos, passou a ser a medida da avaliação das perspectivas da época. À sua maneira, contudo, não se pode negar uma coerência de método em Bernstein: quando inicia a sua revisão contestando a caracterização de época vai ao centro da polêmica. E por isso o afã de fundamentar com inesgotáveis estatísticas as indicações de um novo período de sustentado crescimento econômico e industrial na Alemanha, que contrariavam os prognósticos de crise iminente e a não confirmação da tendência histórica à pauperização dos trabalhadores. Não surpreende que esta perspectiva tenha fundamentado um projeto de adaptação à democracia e facilitado a concertação social na Alemanha e, por extensão, em função da influência da socialdemocracia germânica na Europa, tenha sido um fator chave da política imperialista das potências.

Por último, merece ser examinada a concepção de Bernstein sobre necessidade histórica e acaso – interpretado como o acidental - e suas relações com a liberdade humana, expressão de uma vontade consciente. Ele acusava o marxismo nesse terreno de ser um “calvinismo sem deus” e sustentava a necessidade de fundamentar o projeto socialista em um imperativo moral que deveria se expressar através do Direito, em uma evolução e aperfeiçoamento da democracia. Insistia que os fins, ou seja, a perspectiva do poder, pouco lhe interessava, porque a época das revoluções tinha se encerrado para sempre nos países avançados com o triunfo da democracia (a defesa da famosa hipótese da via “inglesa”). Nas novas condições históricas o mais importante eram os meios, isto é, a luta mais imediata pelas reivindicações. O resto... o resto eram resíduos blanquistas dos quais o jovem Marx nunca teria se desembaraçado:

“Aunque la mentalidad blanquista no se puso de manifiesto nunca con tanta claridad y sin rémoras como en la circular de la Liga de los comunistas de marzo de 1850, con sus instrucciones precisas sobre el modo en que, con ocasión de la inminente reanudación revolucionaria, los comunistas debían concentrar todas sus fuerzas en el objetivo de la revolución permanente(...). Lo que Marx, seis meses despues echaba en cara a Willich-Schapper, lo habían proclamado el y Engels en ese texto; sustituyen las relaciones reales con la mera voluntad como fuerza motora de la revolución” BERNSTEIN, 1982. p.135.

O recurso polêmico habilidoso não consegue esconder as “más” intenções de amálgama político. O que definiu historicamente o blanquismo não foi a defesa da revolução,

mas a defesa do putch, ou seja, da insurreição como uma operação militar de vanguarda que prescindia da participação e apoio político de massas. Não se pode negar a Bernstein, contudo, alguma razão *histórica* no balanço. Embora, como é óbvio, de uma conclusão histórica correta sobre a precocidade do prognóstico de iminência de uma revolução proletária em 48, não decorria que, para todo o sempre, estivesse enterrada a perspectiva das revoluções sociais anticapitalistas. Nesse sentido, a claudicação *teórica* de Bernstein é mais significativa do que o erro de Marx em um *prognóstico político*.

Marx sempre foi muito cuidadoso em esboçar as linhas mais concretas do que seria um governo dos trabalhadores e a passagem ao socialismo. Identificou na Comuna a primeira realização histórica e fugaz de uma república operária, reconheceu nela a primeira forma da ditadura do proletariado, mas foi prudente em relação às formas que poderia assumir um processo de transição, e seus pudores eram simétricos à ousadia dos primeiros pensadores da causa socialista que apresentavam utopias idiossincráticas e irreconciliáveis entre si. Insistia na necessidade de um governo dos trabalhadores e de uma revolução política para conquistá-lo e pouco mais, a não ser indicações como a crítica aos proudonistas e blanquistas da Comuna de Paris.

No entanto, sempre insistiu na idéia geral de que o socialismo seria a passagem do reino da necessidade para o da liberdade. Sobre a questão da igualdade e liberdade, sempre compreendidos como conceitos relativos, ou seja, inseparáveis e indivisíveis, vale conferir esta passagem de Plekhanov, em um texto polêmico contra Bernstein:

"Explicando as palavras de Hegel "A necessidade só é cega na medida em que não é compreendida", Engels afirmava que a liberdade consiste "no domínio exercido sobre nós e sobre a natureza externa", domínio fundado no conhecimento das necessidades inerentes à natureza." (...) Mas o mal consiste precisamente em que os kantistas modernos só fazem "criticar" Hegel, sem, contudo estudá-lo. Não conhecendo Hegel, não podiam tampouco conhecer Engels. Eles faziam, ao autor de Anti-Dühring, a objeção que não há liberdade onde há submissão à necessidade (...) Mas a filosofia de Marx(...) não se diferencia, entretanto da teoria de Hegel na questão que nos ocupa, a saber, a da relação entre a liberdade e a necessidade. Todo o problema reside em saber o que é preciso entender exatamente por necessidade(...). Uma necessidade, por assim dizer condiciona. É preciso que respiremos, se queremos viver (...) Se nos colocamos sob o ponto de vista da "crítica neokantista" de Marx, é preciso admitir que, nesta necessidade condicional, existe também um elemento de submissão. O homem seria mais livre se pudesse satisfazer suas necessidades sem dispendir nenhum esforço. Ele se submete à natureza, mesmo quando a obriga a servi-lo. Mas esta submissão é a condição de sua libertação: submetendo-se à natureza, aumenta com isto seu poder sobre ela, ou seja, sua liberdade. Seria o mesmo no caso onde a produção social estivesse organizada de forma racional. Ao se submeter às exigências da necessidade técnica econômica, os homens poriam termo a este regime insensato que faz com que sejam dominados por seus próprios produtos, ou seja, aumentariam formidavelmente sua liberdade. Aqui também sua submissão tornar-se-ia a fonte de sua libertação." (grifo nosso) PLEKHANOV, 1978, p.72/3.

Esta fórmula expressava condensadamente duas idéias: a superação da escassez pela abundância; e a superação das classes e do Estado e, portanto, da política como poder de administração das pessoas e dos bens. Em outras palavras, a indivisibilidade da igualdade e da liberdade, como o sentido último da causa socialista. Também nesse terreno, o socialismo moral e jurídico de Bernstein significava uma profunda ruptura, porque se fundamentava na defesa da fraternidade humana e na solidariedade, como valores constitutivos de uma ordem civilizatória superior.

Bibliografia

- ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. Porto, Afrontamento, 1976.
- ANGEL, Pierre. **Eduard Bernstein et L'évolution du socialisme allemand**, Paris, Marcel Didier, 1961.
- BERNSTEIN, Eduard. **Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia: problemas del socialismo; el revisionismo en la socialdemocracia**. Trad. Irene del Carril e Alfonso García Ruiz. México, Siglo XXI, 1982.
- DRAPER, Hal. **Karl Marx's theory of revolution**. New York, Monthly Review Press, 1978.
- KAUTSKY, Karl. "El desarrollo economico y la voluntad" In ZAPATERO, Virgilio (org.) **Socialismo y etica: textos para un debate**. Madrid, Editorial Debate; Bogotá, Editorial Pluma, 1980.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A Crise da Social Democracia**. Lisboa, Presença, 1974. p.10/13.
- MARX, Karl. "Primeiro Manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra franco-prussiana" In **Obras Escolhidas**. São Paulo, Alfa-Omega, volume 2.
- MARX, Karl, e ENGELS, Friedrich, Grundrisse der Kritik der Politischen Okonomie, Dietz verlag, Berlin, 1953, p. 718, 721 Escrito entre agosto de 1857 y junio de 1858, in **Materiales para la Historia de America Latina**, Córdoba, Cuadernos de pasado y presente 30,1974.
- MORENO, Nahuel. "La traicion de la OCI(u)" In **Panorama Internacional**. Bogotá, 1982.
- PLEKHANOV, George. **Os Princípios fundamentais do Marxismo**. São Paulo, Hucitec, 1978, p.72/3.